



Infâncias violadas e as vulnerabilidades na violência sexual infantil: uma revisão integrativa

Renata Cristina Alves da Rocha

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Escola de Medicina e Ciências da Vida, Programa de Pós-graduação em Bioética, Curitiba, Paraná, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-5360-118X>

Caroline Filla Rosaneli

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Escola de Medicina e Ciências da Vida, Programa de Pós-graduação em Bioética, Curitiba, Paraná, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0003-3710-5829>

Eliane Freire Rodrigues de Souza De Carli

Universidade Estadual Centro-oeste do Paraná, Guarapuava, Paraná, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-5642-6081>

Mário Antonio Sanches

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Escola de Medicina e Ciências da Vida, Programa de Pós-graduação em Bioética, Curitiba, Paraná, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-5794-2272>

Introdução

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma grave violação de direitos que atinge a dignidade humana e a integridade física e mental das vítimas. Esse tipo de violência contra indivíduos reconhecidamente vulneráveis evidencia os elementos culturais e sociais que a motivam, como a relação desigual entre adultos e crianças, a coisificação, a adultização precoce e as desigualdades de gênero. Essa violência atinge todos os grupos sociais e pode ser cometida dentro da residência da vítima, nas escolas, nas instituições de acolhimento e/ou pela internet, demandando novas formas de prevenção e articulação para seu enfrentamento (BUENO; PEREIRA; NEME, 2019).

A infância é uma fase importante em que se estruturam as bases fundamentais do desenvolvimento humano, tanto físicas como psicológicas, sociais e emocionais, as quais vão se consolidando e se aperfeiçoando nas etapas seguintes de desenvolvimento (MOREIRA, 2017). É um período no qual a criança passa por mudanças biológicas de crescimento, transformações psicológicas de maturação intelectual e afetiva, bem como pelo desenvolvimento da autonomia, da responsabilidade e do pertencimento social. Esse período é peculiar do desenvolvimento da criança, tanto no que se refere aos processos de amadurecimento fisiológico, incluindo a maturação de regiões e funções do cérebro, quanto de aquisições de experiências sociais e culturais (AGUIAR; FERREIRA, 2020; SARMIENTO, 2010).

Quando a criança sofre violência, esta deixa marcas na formação da sua estruturação física e emocional, podendo provocar falhas em suas conexões de memória, imprimir valores distorcidos no seu psiquismo em desenvolvimento, além de influenciar, pelo resto de sua vida, suas ações, reações, impulsos e escolhas (PFEIFFER, 2011). A violência, especialmente quando ocorre intrafamiliarmente, gera um ambiente no qual o medo, o estresse e o desamparo predominam. Esses sentimentos contribuem para que a violência sexual seja mantida em segredo pela própria vítima e por outros membros da família que, em alguns casos, conhecem a situação, mas não realizam a denúncia. A violência sexual deflagra o caráter indefeso da criança que precisa ser cuidada, o que a torna ainda mais vulnerável, pois é no lar que a criança precisa se sentir segura e amada (SANCHES et al., 2019). Para Veronese (1998), no momento em que ocorre a violência à integridade da pessoa, contra seu corpo, essa violação se processa e atinge a estrutura psíquica mais profunda do ser humano. A ação violenta destrói na criança e no adolescente a capacidade de confiar no outro, o que os impede de ter uma saudável e harmônica convivência social.

Para a Organização Mundial da Saúde (2002), a violência contra a criança é reconhecida como um problema de saúde pública em todo o mundo, que atinge milhões de crianças. No Brasil, os dados de violência sexual contra crianças são alarmantes. De acordo com o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), onde são disponibilizados os registros das fichas de notificação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências Interpessoais, os números de notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes, em 2020 e 2021, são, respectivamente, de 29.116 e 20.251 (BRASIL, 2022).

A violência é um fenômeno multifacetado, o qual não é possível explicar por meio de uma visão retilínea de causa e efeito, mas como resultante de um contexto e de uma dinâmica sociocultural e política que, segundo relações de poder estabelecidas, perpassam o tecido social de forma arraigada e profunda, como se fosse trivial a existência de um mais forte dominar um mais fraco (RATES et al., 2014). Segundo Dratch, Simão-Silva e Rosaneli (2018), uma criança é considerada protegida e segura quando não há violação aos princípios da justiça e dos seus direitos humanos fundamentais, protegendo-a da vulneração.

Segundo Junges, Barbiani e Zoboli (2018), a vulnerabilidade é uma característica essencial do ser humano: está em constante reconfiguração de suas dimensões biológica, psíquica e mental para a constituição de sua unidade pessoal, além de possuir uma fragilidade em sua relação com o ambiente. A respeito disso, as sociedades humanas criam historicamente estruturas culturais e sociais de cuidado à fragilidade natural, como a família, o clã, a comunidade. Porém, Kottow (2004) faz distinção entre vulneração e ser humano vulnerável; a vulnerabilidade substancial, a partir de uma fragilidade natural, de cunho individual e que necessita de cuidado, pode ser intensificada, criada pelas condições sociais e estruturais nas quais vive o indivíduo, sofrendo da vulneração decorrente de suas condições de vida e de sua biografia.

Ayres et al. (2006) propõem análise e classificação de distintas vulnerabilidades aos indivíduos durante a vida. A vulnerabilidade individual diz respeito aos fatores biológicos, psicológicos, cognitivos e atitudinais, dentre outros. Essa categoria pode ser um fator de risco no que se refere à violência sexual perpetrada contra crianças, e esta pode causar danos devastadores e duradouros na vida das vítimas. Já a vulnerabilidade social se refere aos aspectos contextuais que estão na base das vulnerabilidades individuais e que permitem compreender as relações dos indivíduos com os processos que o vulnerabilizam. Entre esses aspectos estão as relações socioeconômicas, as relações familiares, as características do agressor e do contexto, a migração, o tráfico de pessoas, entre tantos outros.

Assim sendo, entende-se que a identificação dos possíveis fatores de vulnerabilidade, em âmbito internacional, pode contribuir para o mapeamento de um cenário que viola os direitos fundamentais das crianças, desvelando a interrelação de vulnerabilidades e, conseqüentemente, as possíveis ações de reflexão e de prevenção da violência contra a infância. É possível ver, diante do sofrimento cotidiano de milhares de crianças, a urgência de identificar e proteger a infância da violação de seus direitos fundamentais e promover a implementação de programas interdisciplinares de conscientização, em todas as esferas da sociedade, sobre as conseqüências nocivas e permanentes na vida de quem sofre a violência sexual. Diante do contexto alarmante de violência perpetrada contra crianças, em modo especial da violência sexual, e as conseqüências negativas para o desenvolvimento neurológico, emocional, físico e social das vítimas, o objetivo deste estudo é identificar os fatores de vulnerabilidades individuais e sociais em que as crianças podem sofrer nas suas infâncias em decorrência das violências sexuais.

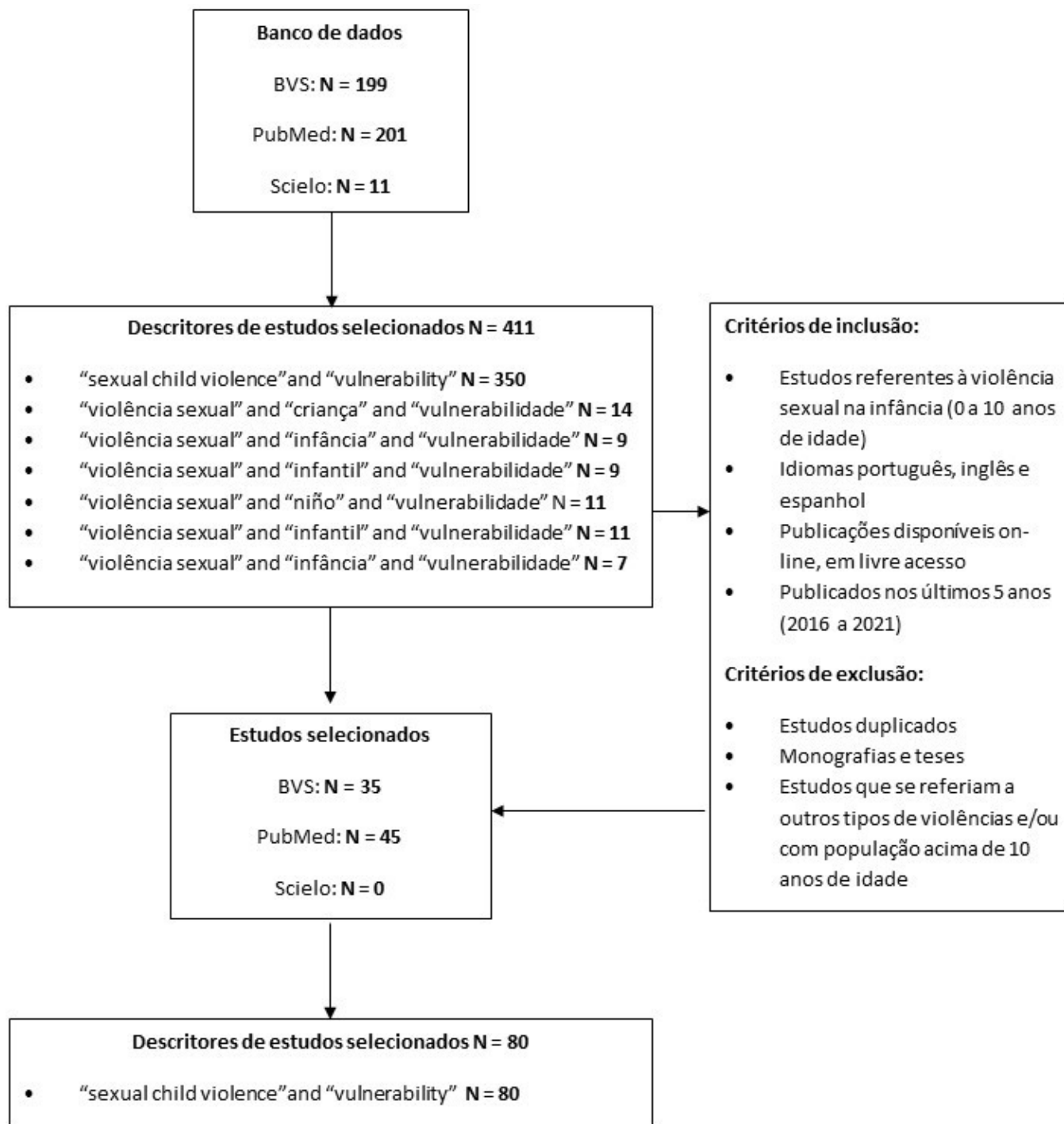
Método

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão integrativa, conforme proposta de De Souza, Silva e Carvalho (2010). Para tal, utilizou-se as bases de dados US National Library of Medicine (Pubmed), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). A busca foi realizada entre os dias 24 e 26 de maio de 2021, considerando as chaves de pesquisa: *violência sexual and criança and vulnerabilidade* or *violência sexual and infantil and vulnerabilidade* or *violência sexual and infância and vulnerabilidade* or *violencia sexual and niño and vulnerabilidad* or *violencia sexual and infantil and vulnerabilidad* or *violencia sexual and infancia and vulnerabilidad* or *sexual child violence and vulnerability*. Foram recuperados 411 artigos, sendo realizada, então, a leitura de seus títulos e resumos para identificar especificamente o assunto em questão: violência sexual infantil. Foram selecionados artigos para a análise.

Textos duplicados, monografias ou teses, estudos que se referiam a outros tipos de violências e/ou com população acima de 10 anos de idade, foram excluídos. Os critérios de inclusão foram: estudos na íntegra referentes à violência sexual na infância (crianças entre 0 e 10 anos de idade); estudos publicados em português, inglês e espanhol; artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados entre 2016 e 2021.

Os 80 artigos selecionados em âmbito internacional foram analisados e categorizados, segundo a proposta de Ayres et al. (2006), em vulnerabilidade individual e vulnerabilidade social. Após essa primeira categorização, foram identificadas subcategorias (ou fatores) de vulnerabilidade individual e social, conforme Tabela 1, apresentada mais adiante nos resultados e discussão. Tanto a análise quanto a identificação dos fatores extraídos dos artigos foram realizadas de forma descritiva, possibilitando observar, identificar e classificar os fatores de vulnerabilidades, com o objetivo de mapear o cenário das vulnerabilidades relacionadas à violência sexual infantil.

Fluxograma 1. Fluxograma de buscas nas bases de dados.



Fonte: Elaboração dos autores.

Resultados e discussão

Os 80 artigos analisados são apresentados na Tabela 1, conforme as categorias de vulnerabilidades individual e social, subdivididas, cada uma, em fatores de vulnerabilidades, e em quais artigos tais fatores são encontrados. Pode-se observar que as vulnerabilidades individuais se encontram em 96,25% dos 80 artigos analisados, enquanto as vulnerabilidades sociais são vistas em, aproximadamente, 44% dos artigos.

Tabela 1. Categorização dos fatores de vulnerabilidades encontrados na pesquisa.

Categorização	Fatores de vulnerabilidade	Autores
Vulnerabilidade Individual	aspectos psicológicos, neurológicos, cognitivos, físicos e sociais	Cema-Turoff et al. (2021); Christoffersen (2020); Ćurčić-Hadžagić (2020); Duarte et al. (2020); Ghosh et al. (2020); Jina et al. (2020); Khosravi (2020); Martínez-Mota et al. (2020); Ogunjimi et al. (2020); Silva, Trindade e Oliveira (2020); Tolu e Gudu (2020); Warner et al. (2020); Weissman et al. (2020); Baldwin et al. (2019); Ernst et al. (2019); Faus et al. (2019); Fite et al. (2019); Rees et al. (2019); Ten Have et al. (2019); Bjørnseth e Szabo (2018); Boroughs et al. (2018); Brattabø, Bjørknes e Åstrøm (2018); Curry e Utley (2018); Enyedy, Tsikouras e Csorba (2018); Gewirtz-Meydan et al. (2018); Heany et al. (2018); Hébert et al. (2018); Hébert, Langevin & Oussaid (2018); Kim et al. (2018); Kraan et al. (2018); Mackiewicz Seghete, Deprince e Banich (2018); Mason-Jones e Nicholson (2018); McGeough e Sterzing (2018); Moynihan et al. (2018); Negriff e Valente (2018); Özdin et al. (2018); Ottisova et al. (2018); Pittenger, Pogue e Hansen (2018); Reid (2018); Sigurdardóttir e Halldorsdóttir (2018); Tendokar et al. (2018); Alves Moreira et al. (2017); Banihashemi (2017); Barnert et al. (2017); Bortolon, Seillé e Raffard (2017); Busso et al. (2017); Cerón-Hernández, Roa-Torres e Salcedo-Cifuentes (2017); Guedes et al. (2017); Hostinar et al. (2017); Leoncio, Souza e Machado (2017); Lucchese et al. (2017); Lutz et al. (2017); Mathews et al. (2017); McCrory, Gerin e Viding (2017); McLaughlin et al. (2017); Mitchell et al. (2017); Tollenaar et al. (2017); Zijlstra et al. (2017); Austin et al. (2016); Barnes et al. (2016); Daley et al. (2016); Edalati, Krausz e Schütz (2016); Ernberg, Tidefors e Landström (2016); Hassan et al. (2016); Mandavia et al. (2016); Martín-Blanco et al. (2016); McAlpine, Hossain e Zimmerman (2016); Schalinski et al. (2016); Shields et al. (2016); Teicher e Samson (2016)
	imaturidade psicobiológica e deficiências	Christoffersen (2020); Jina et al. (2020); Ogunjimi et al. (2020); Eisenbruch (2019); Bjørnseth e Szabo (2018); Ohlsson Gotby et al. (2018); Peterman et al. (2017); Austin et al. (2016); Hassan et al. (2016)
	gravidez precoce e casamento infantil	Endler et al. (2020); Gausman et al. (2020); Silva, Trindade e Oliveira (2020); Tolu e Gudu (2020); Faus et al. (2019); Reid (2018); Mason-Jones e Nicholson (2018); Barnert et al. (2017); Cerón-Hernández, Roa-Torres e Salcedo-Cifuentes (2017); Guedes et al. (2017); Peterman et al. (2017); Zijlstra et al. (2017); Austin et al. (2016); Barnes Daley et al. (2016); Hounmenou (2016); McAlpine, Hossain e Zimmerman (2016)
	violência intergeracional e revitimização	Cema-Turoff et al. (2021); Ćurčić-Hadžagić (2020); Faus et al. (2019); Rees et al. (2019); Curry e Utley (2018); Gewirtz-Meydan et al. (2018); Hébert, Langevin & Oussaid (2018); Negriff e Valente (2018); Pittenger, Pogue e Hansen (2018); Guedes et al. (2017); Leoschut e Kafaar (2017); Lucchese et al. (2017); Mathews et al. (2017); Peterman et al. (2017); Zijlstra et al. (2017); Atmaca e Gençöz (2016); Edalati, Krausz e Schütz (2016)
	aspectos/relações familiares	Cema-Turoff et al. (2021); Christoffersen (2020); Ogunjimi et al. (2020); Ten Have et al. (2019); Moynihan et al. (2018); Pittenger, Pogue e Hansen (2018); Cerón-Hernández, Roa-Torres e Salcedo-Cifuentes (2017); Guedes et al. (2017); Leoncio, Souza e Machado (2017); Leoschut e Kafaar (2017); McLaughlin et al. (2017); Peterman et al. (2017); Daley et al. (2016)
Vulnerabilidade Social	migração, tráfico e exploração sexual infantil	Endler et al. (2020); Mason-Jones e Nicholson (2018); Reid (2018); Ottisova et al. (2018); Barnert et al. (2017); Mitchell et al. (2017); Hassan et al. (2016); McAlpine, Hossain e Zimmerman (2016)
	condições socioeconômicas desfavorecidas	Cema-Turoff et al. (2021); Tolu e Gudu (2020); Eisenbruch (2019); Moynihan et al. (2018); Cerón-Hernández, Roa-Torres e Salcedo-Cifuentes (2017); Hounmenou (2016)
	contextos violentos	Silva, Trindade e Oliveira (2020); Faus et al. (2019); Barnert et al. (2017); Guedes et al. (2017)
	exposição em ambiente escolar e esportivos	Cema-Turoff et al. (2021); Bjørnseth e Szabo (2018)
	características dos agressores	Ćurčić-Hadžagić (2020); Ogunjimi et al. (2020); Mendes, Pinski e McCurdy (2019); Bjørnseth e Szabo (2018); Enyedy, Tsikouras e Csorba (2018); Cerón-Hernández, Roa-Torres e Salcedo-Cifuentes (2017); Ernberg, Tidefors e Landström (2016)
isolamento social	Ghosh et al. (2020); Xue et al. (2020)	

Fonte: Elaboração dos autores.

As investigações incluídas nesse estudo foram realizadas em 39 diferentes países. A distribuição das pesquisas globalmente e o número de pesquisas por país variou enormemente. Estados Unidos, Canadá e Inglaterra apresentaram o maior número de pesquisas (33), enquanto a América Latina registrou um total de 13 estudos, sendo 8 no Brasil. A Tabela 2 mostra o número de estudos nos países onde foram realizadas as pesquisas. Importante ressaltar que o número total de estudos aqui apresentados é maior que 80, pois alguns artigos tinham a coparticipação de pesquisadores de mais de um país.

Tabela 2. Número de estudos sobre violência sexual infantil, por países.

	Locais dos estudos	Quantidade	%
América do Norte	USA	25	45,00%
	Canadá	9	
	México	2	
Europa	Inglaterra	9	41,25%
	Holanda	5	
	Suécia	4	
	Alemanha	3	
	França	2	
	Hungria	2	
	Bélgica	1	
	Croácia	1	
	Dinamarca	1	
	Espanha	1	
	Islândia	1	
	Itália	1	
	Noruega	1	
	Suíça	1	
América Latina	Brasil	8	13,45%
	Argentina	1	
	Colômbia	1	
	Peru	1	
África	África do Sul	5	12,50%
	Burkina Faso	1	
	Etiópia	1	
	Nigéria	1	
	Quênia	1	
	Uganda	1	
Médio Oriente	Irã	2	8,75%
	Turquia	2	
	Iraque	1	
	Jordânia	1	
	Líbano	1	
Ásia	Bangladesh	1	7,50%
	Camboja	1	
	Coréia do Sul	1	
	Índia	1	
	Paquistão	1	
Oceânia	Sri Lanka	1	2,50%
	Austrália	2	

Fonte: Elaboração dos autores.

Vulnerabilidade individual

Do total de estudos analisados, 77 abordam questões relacionadas à vulnerabilidade individual. Desses, aproximadamente 91% estão relacionados aos fatores psicológicos, neurológicos, cognitivos, físicos e sociais da vítima, como: depressão, ansiedade, transtorno do estresse pós-traumático (TEPT), transtorno borderline, transtorno obsessivo-compulsivo, transtorno do pânico, transtorno bipolar, distúrbios do sono, alucinações auditivas, fobias, transtornos alimentares, baixa autoestima, vergonha, sentimento de culpa, medo irracional, desamparo, insegurança, reduzido desempenho cognitivo, doenças cardiovasculares, diabetes, doenças autoimunes, estresse crônico, câncer, redução da expectativa de vida, uso de substâncias, ideações ou tentativas de suicídio, autolesão, comportamentos sexuais de risco e/ou disfunções sexuais e doenças sexualmente transmissíveis.

A violência sexual infantil pode produzir mudanças debilitantes permanentes no cérebro da criança, predispondo-as a distintas condições psiquiátricas na vida adulta. A violência se traduz em um forte estressor em relação ao processo normal de crescimento e desenvolvimento infantil, que, independentemente da idade e sexo das vítimas, apresenta um caráter traumático, com efeitos adversos a curto e longo prazo (MOREIRA et al., 2017; BANIHASHEMI et al., 2017; JINA et al., 2020; McCRORY; GERIN; VIDING, 2017).

Durante a infância, o cérebro está sendo moldado continuamente e áreas cerebrais específicas podem ser particularmente vulneráveis às adversidades, tendo como consequência um impacto profundo e duradouro sobre o funcionamento e as estruturas cerebrais, além de uma maior vulnerabilidade para o desenvolvimento de psicopatologias na vida adulta (HEANY et al., 2018; LUTZ et al., 2017; TENDOLKAR et al., 2018).

Weissman et al. (2020) investigaram a associação entre a violência infantil, o volume do hipocampo e da amígdala e eventos estressantes ao longo da vida, demonstrando os efeitos indiretos da exposição à violência no aumento da depressão ao longo do tempo através de menores volumes do hipocampo e da amígdala. Também com relação às modificações cerebrais, Busso et al. (2017) identificaram que a violência sexual está associada à redução da espessura cortical nas regiões pré-frontal e temporal medial e lateral do cérebro, prevendo comportamento antissocial e transtorno de ansiedade generalizada.

Quanto mais cedo a violência ocorrer e quanto mais tempo durar, mais graves são os índices de psicopatologia em pacientes adultos, de acordo com Schalinski et al. (2016). Dentre as diversas consequências psicopatológicas destacadas nos artigos, foram encontradas, com maior frequência, a depressão (53%), a ansiedade (40%) e o transtorno do estresse pós-traumático (TEPT) (37,5%).

Os diversos estudos mostraram que a violência infantil é um fator de risco para uma miríade de transtornos psiquiátricos ao longo da vida, dentre eles, com destaque, estão o transtorno borderline (KHOSRAVI, 2020; MARTÍN-BLANCO et al., 2016; SCHALINSKI et al., 2016; SHIELDS et al., 2016), o transtorno obsessivo-compulsivo (BJØRNSETH; SZABO, 2018), o transtorno do pânico (BJØRNSETH; SZABO, 2018; KRAAN et al., 2018), o transtorno bipolar (ÖZDIN et al., 2018), os distúrbios do sono (ĆURČIĆ-HADŽAGIĆ, 2020; ERNBERG; TIDEFORS; LANDSTRÖM, 2016; HOSTINAR et al., 2017; SIGURDARDOTTIR; HALLDORSDDOTTIR, 2018), as alucinações auditivas (BORTOLON; SEILLÉ; RAFFARD, 2017), as fobias (BJØRNSETH; SZABO, 2018; KRAAN et al., 2018; McGEOUGH; STERZING, 2018) e os transtornos alimentares (ĆURČIĆ-HADŽAGIĆ, 2020; DALEY et al., 2016; ERNST et al., 2019; McGEOUGH; STERZING, 2018; TEICHER; SAMSON, 2016; WARNER et al., 2020).

Outras consequências psicológicas são a baixa autoestima (BORTOLON; SEILLÉ; RAFFARD, 2017; FAUS et al., 2019; MATHEWS et al., 2017; REID, 2018), a vergonha (CURRY; UTLEY, 2018; McLAUGHLIN et al., 2017), o sentimento de culpa (CURRY; UTLEY, 2018; REES et al., 2019; REID, 2018; ZIJLSTRA et al., 2017), o medo irracional e a perda de confiança (BORTOLON; SEILLÉ; RAFFARD, 2017; REID, 2018), o desamparo e a insegurança (BORTOLON; SEILLÉ; RAFFARD, 2017; SILVA; TRINDADE; OLIVEIRA, 2020) e o reduzido desempenho cognitivo (ENYEDY; TSIKOURAS; CSORBA, 2018; ERNBERG; TIDEFORS; LANDSTRÖM, 2016; MACKIEWICZ SEGHETE; DEPRINCE; BANICH, 2018; MATHEWS et al., 2017; SIGURDARDOTTIR; HALLDORSDDOTTIR, 2018; TEICHER; SAMSON, 2016).

Além disso, os estudos mostraram que as vítimas de violência sexual podem apresentar, na vida adulta, doenças cardiovasculares e diabetes (CERÓN-HERNÁNDEZ; ROA-TORRES; SALCEDO-CIFUENTES, 2017; HOSTINAR et al., 2017; SIGURDARDOTTIR; HALLDORSDDOTTIR, 2018), estresse crônico (KHOSRAVI, 2020; TOLLENAAR et al., 2017), desenvolvimento de câncer (SHIELDS et al., 2016; TEICHER; SAMSON, 2016) e redução da expectativa de vida (CERNA-TUROFF et al., 2021; DALEY et al., 2016). Warner et al. (2020) demonstraram que a violência na infância estava associada a um comprimento menor do telômero, que é um indicador de envelhecimento biológico acelerado. De acordo com Ernst et al. (2019), sobreviventes de maus-tratos infantis mostram alterações no sistema de resposta ao estresse, fatores de risco metabólicos, como inflamação e dislipidemia, e têm um elevado risco de sofrer de doenças cardiovasculares, diabetes e doenças autoimunes.

Outras consequências importantes relacionadas são o uso de substâncias (BOROUGHES et al., 2018; ČURČIĆ-HADŽAGIĆ, 2020; CURRY; UTLEY, 2018; ENYEDY; TSIKOURAS; CSORBA, 2018; FITE et al., 2019; GHOSH et al., 2020; HEANY et al., 2018; KIM et al., 2018; LUCHESE et al., 2017; MARTÍNEZ-MOTA et al., 2020; MCGEOUGH; STERZING, 2018; ZIJLSTRA et al., 2017), as ideias ou tentativas de suicídio e autolesão (BALDWIN et al., 2019; BARNES et al., 2016; DUARTE et al., 2020; FAUS et al., 2019; GHOSH et al., 2020; HEANY et al., 2018; HÉBERT et al., 2018; LUTZ et al., 2017; OTTISOVA et al., 2018), bem como os comportamentos sexuais de risco (FAUS et al., 2019; HÉBERT, LANGEVIN; OUSSAÏD, 2018; NEGRIF; VALENTE, 2018; PITTEGER; POGUE; HANSEN, 2018). Para Austin et al. (2016), o uso de substâncias pode estar diretamente relacionado à desregulação emocional decorrente da violência sofrida, pois o não desenvolvimento de habilidades saudáveis de regulação das emoções, pode, posteriormente, resultar no uso de drogas ou álcool para aliviar o sofrimento emocional. Entre as consequências físicas foram ressaltadas: hematomas, lacerações e lesões (BARNERT et al., 2017; MATHEWS et al., 2017; REID, 2018), infecções vaginais e abdominais (MOYNIHAN et al., 2018), disfunções sexuais (CURRY; UTLEY, 2018; MANDAVIA et al., 2016; SIGURDARDOTTIR; HALLDORSDDOTTIR, 2018), infecções sexualmente transmissíveis (BARNERT et al., 2017; DALEY et al., 2016; FAUS et al., 2019; GUEDES et al., 2017; JINA et al., 2020; MASON-JONES; NICHOLSON, 2018; MCGEOUGH; STERZING, 2018; MOYNIHAN et al., 2018; NEGRIF; VALENTE, 2018; OGUNJIMI et al., 2020; TOLU; GUDU, 2020) e gravidez indesejada (BARNERT et al., 2017; CERÓN-HERNÁNDEZ; ROA-TORRES; SALCEDO-CIFUENTES, 2017; FAUS et al., 2019; GUEDES et al., 2017; MASON-JONES; NICHOLSON, 2018; McALPINE; HOSSAIN; ZIMMERMAN, 2016; REID, 2018; SILVA; TRINDADE; OLIVEIRA, 2020; TOLU; GUDU, 2020; ZIJLSTRA et al., 2017).

De acordo com Brattabø, Bjørknes e Åstrøm (2018), um estudo norueguês, com a equipe pública de saúde bucal, identificou, também, que repetidas faltas de comparecimento a consultas odontológicas, cárie grave, falta de higiene são fatores que podem estar relacionados à negligência e possíveis casos de violência sexual. Dentre os fatores de vulnerabilidade individual são encontrados, também, a imaturidade, por consequência da pouca idade, a deficiência física, intelectual ou neurológica. De acordo com Ogunjimi et al. (2020), por causa da sua imaturidade cognitiva, a criança é incapaz de discernir ou julgar adequadamente uma situação de violência sexual. São especialmente vulneráveis, pois sua capacidade cognitiva limitada reduz a capacidade de interpretar adequadamente os sinais de perigo (AUSTIN et al., 2016; BJØRNSETH; SZABO, 2018; CHRISTOFFERSEN 2020; PETERMAN et al., 2017).

Para Ohlsson et al. (2018), alguns distúrbios do neurodesenvolvimento, como Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) podem, potencialmente, elevar o risco de vitimização sexual. De acordo com Jina et al. (2020), na África do Sul, 1 em cada 7 vítimas apresenta alguma deficiência. Um estudo no Camboja sobre a vulnerabilidade de crianças com deficiências que foram violentadas descreveu a experiência de um pai de cinco filhos que escolheu duas de suas filhas com deficiências e as estuprou repetidamente em casa ao longo de vários anos (EISENBRUCH, 2019).

A gravidez indesejada está intimamente relacionada a um outro fator de vulnerabilidade: o casamento infantil. Este, apesar de ser uma violação aos direitos humanos (ENDLER et al., 2020), está enraizado em algumas práticas culturais familiares (GAUSMAN et al., 2020; SILVA; TRINDADE; OLIVEIRA, 2020) e religiosas (GAUSMAN et al., 2020), assim como sua finalidade, por vezes, de sobrevivência em meio à pobreza (PETERMAN et al., 2017) e à guerra (HASSAN et al., 2016; McALPINE; HOSSAIN; ZIMMERMAN, 2016).

Em alguns estudos, foram encontradas correlações existentes entre a exposição infantil à violência e a violência intergeracional (ĆURČIĆ-HADŽAGIĆ, 2020; FAUS et al., 2019; HÉBERT; LANGEVIN; OUSSAÏD, 2018; PETERMAN et al., 2017), assim como maior probabilidade de revitimização na vida adulta e polivitimização (CERNA-TUROFF et al., 2021; CURRY; UTLEY, 2018; GUEDES et al., 2017; LUCCHESI et al., 2017; REES et al., 2019; ZIJLSTRA et al., 2017). Experiências negativas da infância previram, em mulheres, um maior risco de exposição à violência do parceiro íntimo (ATMACA; GENÇÖZ, 2016; ĆURČIĆ-HADŽAGIĆ, 2020; GUEDES et al., 2017). Para Leoschut e Kafaar (2017), crianças vítimas de violência têm uma maior probabilidade de polivitimização, pois os tipos de vitimização são frequentemente interconectados e geram não apenas suscetibilidade a outras formas de vitimização, mas também vulnerabilidade entre contextos. Edalati, Krausz e Schütz (2016) perceberam, em um estudo com moradores de rua, que a gravidade da violência sexual infantil é um preditor potencial de revitimização sexual na vida adulta. Experiências negativas da infância previram, em mulheres, um maior risco de exposição à violência do parceiro íntimo (ATMACA; GENÇÖZ, 2016; ĆURČIĆ-HADŽAGIĆ, 2020; GUEDES et al., 2017).

Outro fator importante relacionado às múltiplas formas de violência é o acesso aos diferentes conteúdos sexuais na internet. Negriff e Valente (2018) demonstraram que jovens com histórico de maus-tratos na infância têm maior risco de vitimização online e de apresentar comportamentos sexuais de risco, como postagem de fotos sexualmente sugestivas, visualização de conteúdo sexualmente explícito e interações sexuais online com desconhecidos. Gerwartz-Meydan et al. (2018) destacam a associação direta entre violência sexual contra a criança e pornografia infantil online. De acordo com os resultados encontrados, a maioria das vítimas revelou que as imagens pornográficas faziam parte de um longo período de violência sexual, sendo que 93% teriam sofrido violência sexual por contato, além de serem fotografadas.

Vulnerabilidade social

Dos 80 artigos analisados, 35 abordam questões relacionadas à vulnerabilidade social, com os seguintes fatores: aspectos/relações familiares; migração, tráfico e exploração sexual infantil; condições socioeconômicas desfavorecidas; contextos violentos; exposição em ambientes escolar e esportivos; características dos agressores; e isolamento social.

De acordo com o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002), diversas pesquisas têm associado a violência infantil a determinadas características psicológicas e comportamentais da pessoa responsável pela criança, bem como características do ambiente familiar. Situações como perda de emprego, uso abusivo de álcool e outras

drogas, separação e/ou conflito conjugal, morte de um de seus membros e psicopatologia parental são algumas das características familiares que podem ser consideradas fatores de risco para a violência sexual infantil (CERNA-TUROFF et al., 2021; LEOSCHUT; KAFAAR, 2017; McLAUGHLIN et al., 2017; OGUNJIMI et al., 2020; PETERMAN et al., 2017; PITTENGER; POGUE; HANSEN, 2018; TEN HAVE et al., 2019). O consumo de álcool e de substâncias psicoativas dentro das famílias estão intimamente relacionados aos casos de violência sexual e são, frequentemente, relatados como fatores de risco associados (CERNA-TUROFF et al., 2021; CHRISTOFFERSEN, 2020; LEONCIO; SOUZA; MACHADO, 2017; LEOSCHUT; KAFAAR, 2017).

Guedes et al. (2017) evidenciaram, em um estudo relacionando à violência contra a mulher e à violência sexual infantil dentro do próprio ambiente familiar, que as normas de privilégio de dominação masculina em casa e as normas sociais de tolerância à violência dificultam ou impedem a busca por ajuda. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019) mostram que, no Brasil, das crianças e adolescente vítimas de violência sexual, 85,7% são do sexo feminino e 14,3% do sexo masculino.

De acordo com Ferraz, Veloso e Cabral (2021), o caminho para a construção de uma sociedade menos violenta em relação ao gênero deve passar pela transformação das relações sociais e pela reflexão sobre as condições em que se produz/reproduz a violência contra grupos sociais mais vulneráveis. Em um estudo sobre a degradação do vínculo parental e violência contra a criança foi demonstrado que os casos mais extremos de violência ocorreram em famílias com arranjos disfuncionais e com vínculos parentais deteriorados, nas quais eram presentes dependência química de ambos os membros, transtorno mental grave, agressões físicas e verbais persistentes e violência sexual. Observou-se, também, que nessas famílias, por vezes, a criança assumia o papel de adulto, sendo responsável pelo cuidado dos familiares (LEONCIO; SOUZA; MACHADO, 2017).

A pesquisa de Barnert et al. (2017) enfatiza que a violência doméstica e outros tipos de disfunção familiar podem levar crianças e jovens a fugirem de casa ou serem forçados a sair de casa, aumentando os riscos do comércio e tráfico sexual. Já Reid (2018) evidenciou que jovens com deficiência intelectual apresentam risco elevado para vários tipos de vitimização, especialmente para a exploração no tráfico sexual, e destaca que a internet não supervisionada pelos pais ou cuidadores oferece aos traficantes um maior acesso às suas vítimas.

Segundo McAlpine, Hossain e Zimmerman (2016), o tráfico sexual de crianças e jovens é, também, muito frequente em ambientes afetados por conflitos armados. Nesses ambientes, existem várias formas de tráfico humano e exploração sexual, ocorrendo principalmente como casamento precoce ou forçado, exploração sexual forçada e escravidão sexual. A insegurança gerada por conflitos armados, crises econômicas e sociais, leva milhares de pessoas a deixarem seus países de origem como migrantes ou refugiados. Para Endler et al. (2020), as condições inseguras nos campos de refugiados levam alguns pais a casarem suas filhas a fim de protegê-las. De acordo com Mitchell et al. (2017), a vulnerabilidade a essas formas extremas de exploração é impulsionada ou facilitada por fatores como renda familiar e fatores estruturais, especialmente a precariedade de estruturas jurídicas, as redes sociais e as opções de subsistência em ambientes afetados por conflitos e deslocamentos.

Apesar de muitos casos de violência sexual ocorrerem em famílias que vivem na pobreza, não é um fenômeno exclusivamente associado a famílias pobres, mas presente em todos os estratos socioeconômicos (CERÓN-HERNÁNDEZ; ROA-TORRES; SALCEDO-CIFUENTES, 2017; TOLU; GUDU, 2020). No entanto, Gomes e Pereira (2005) enfatizam que a situação socioeconômica é o fator que mais tem contribuído para a desestruturação da família, repercutindo diretamente nas crianças, que têm seus direitos fundamentais ameaçados e violados.

Hounmenou (2016) revela que algumas crianças se veem obrigadas a usarem o sexo com adultos em troca de necessidades básicas (comida, abrigo, proteção). Essas crianças, por vezes, órfãs de pais com HIV, encontrando-se forçadas a assumir o papel de principal provedor de sustento para si mesmas e seus irmãos, acabam se envolvendo no comércio sexual. Alguns estudos mostraram que contextos violentos estão diretamente relacionados à violência sexual. Em uma pesquisa realizada por Faus et al. (2019) sobre a influência de comunidades violentas na vida de jovens vítimas de violência sexual na infância mostrou que jovens com histórico de violência sexual, que viviam em comunidades não violentas, tinham o dobro de chance de se envolverem com violência juvenil em comparação com jovens não expostos à violência sexual; e que esta probabilidade aumenta em quatro vezes na presença de comunidades violentas.

A escola e os ambientes esportivos também foram evidenciados como fatores de risco. O ambiente esportivo, segundo Bjørnseth e Szabo (2018), é ideal para a perpetração da violência sexual, pois é visto como uma parte “sagrada” da cultura, suspendendo, por conseguinte, normas e aceitando comportamentos que normalmente seriam inaceitáveis, onde o treinador possui a permissão de tocar crianças como parte de seu trabalho, enquanto desfruta da confiança dos pais. Nota-se que há registros indicando que no ambiente escolar o perfil do perpetrador pode se diversificar. Isto é destacado em Mendes, Pinski e McCurdy (2019) que em uma comunidade judaica ultra ortodoxa na Austrália, apresentou-se um caso incomum, no qual tanto o perpetrador quanto as vítimas eram mulheres: uma ex-diretora de escola judaica abusou de diversas meninas.

No que se refere aos perpetradores da violência sexual infantil, os números mostram que mais de 70% dos casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes são praticados por pais, mães, padrastos ou outros parentes das vítimas. Em mais de 70% dos registros, a violência é cometida na casa do abusador ou da vítima (AGÊNCIA BRASIL, 2019).

De acordo com Cerón-Hernández, Roa-Torres e Salcedo-Cifuentes (2017), o agressor é quase sempre um conhecido, frequentemente, com laços sanguíneos, o que facilita a perpetuação da violência intrafamiliar por meio de engano, chantagem ou ameaça. Observou-se que a violência sexual intrafamiliar contra crianças alcança uma proporção de 65% e 85%, com uma prevalência de 25% do agressor ser o pai biológico. Em um estudo com crianças vítimas de violência sexual em Sarajevo descobriu-se que 87% dos agressores de crianças eram o pai (ĆURČIĆ-HADŽAGIĆ, 2020). Ogunjimi et al. (2020) relatam que alguns agressores foram vítimas de violência sexual no passado, mas não receberam acompanhamento médico ou psicológico e, como fator central, não obtiveram justiça por terem sido violentados. Segundo o mesmo estudo, esses agressores cresceram com a percepção de que uma experiência aversiva é normal dentro da sociedade e que, portanto, perpetuar tal agressão é permitido.

O isolamento social decorrente da pandemia do Covid-19 limitou o contato social e, portanto, possibilitou a ocorrência da violência familiar, sendo possível perceber um aumento exponencial nos casos de violência infantil, negligência, exploração e violência doméstica (GHOSH et al., 2020). Para Xue et al. (2020), a violência familiar, incluindo violência por parceiro íntimo/violência doméstica, violência infantil e violência contra idosos, é uma pandemia oculta que acontece paralelamente à da Covid-19. As taxas de violência familiar aumentaram rapidamente; mulheres e crianças são, desproporcionalmente, mais afetadas e vulneráveis durante este período. Enfatiza-se que os problemas de saúde mental pelo isolamento social aumentam a probabilidade de aprisionar as vítimas de violência doméstica em um ambiente doméstico inseguro e violento.

Considerações finais

Os diversos fatores de vulnerabilidade identificados nessa pesquisa demonstram que a violência sexual infantil traz consequências individuais e sociais, duradouras e devastadoras, na vida das vítimas. Identificar os fatores de vulnerabilidade foi o primeiro passo para compreendermos a vastidão de um fenômeno que viola os direitos e a dignidade de milhões de crianças em todo o mundo.

Erradicar a violência é uma tarefa que cabe a todos nós e, portanto, é necessário que a consciência humana rompa com a alusão e a permissão a qualquer forma de violência, especialmente contra os mais indefesos e vulneráveis. É nesse cenário que perspectivas transdisciplinares são mais relevantes e necessárias, pois podem trazer contribuições eficazes que promovam desde a responsabilidade social ao cuidado pessoal; que sustentem a afirmação da dignidade humana comum a todos, até a enfática proteção dos mais vulneráveis; que idealizem uma cultura de respeito à diversidade e que fiscalizem processos sociais que permitem e legitimam a violência. Somente uma complexa articulação de ações sociais, culturais e globais pode ter como consequência a proteção e a garantia dos direitos humanos fundamentais da criança.

Dessa forma, a identificação dos fatores de vulnerabilidade deve contribuir para o planejamento e a implementação de programas e políticas públicas eficazes de defesa, proteção e de promoção dos direitos da criança. É nossa responsabilidade garantir um futuro melhor às crianças, e, portanto, começarmos hoje a protegê-las de qualquer forma de violação de seus direitos.

O enfrentamento da violência contra crianças, adolescentes e pessoais vulneráveis requer lidar com tensões que a sociedade, com tendências simplificadoras e reducionistas, não deseja abordar: tensões entre a devida valorização de instituições como a família, a escola e comunidade religiosa, e uma postura crítica frente a elas – são nessas instituições que muitas pessoas recebem a acolhida e formação indispensáveis para uma cidadania plena, enquanto outras são excluídas e privadas de todos os seus direitos. É ingenuidade, ou ideologia, simplesmente assumir a defesa da família, ignorando que ela pode ser o principal palco da violência contra crianças e adolescentes. Uma leitura mais complexa da realidade familiar é requerida.

Atualmente se fortalecem as chamadas pautas identitárias no âmbito social e político. As tensões neste campo também precisam ser contempladas, se desejamos um enfrentamento adequado da violência contra crianças e adolescentes, pois as faces das pessoas abusadas desvendam dados que a sociedade gostaria de ocultar: principalmente as desigualdades de gênero e étnico-raciais.

Por fim, dois outros elementos, destacados acima, precisam ser contemplados em nossas perspectivas de ação: a) o crime – os atos de violência – pode ficar no passado, as consequências não, pois as marcas nas vítimas são persistentes. Deste modo, todo o cuidado em considerar a dignidade do agressor não pode negligenciar a necessária reparação. Processos jurídicos sérios e competentes devem ser vistos como direito das vítimas; b) a educação será sempre o caminho para uma superação definitiva de toda violência, mas isto só será possível se os próprios processos educativos se tornarem críticos das instituições formadoras e forem compreendidos como amplos e dinâmicos, abertos a uma análise dos múltiplos atores que impactam na formação humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA BRASIL. **Mais de 70% da violência sexual contra crianças ocorre dentro de casa:** campanha nacional de conscientização é realizada no mês de maio. 18 maio 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-05/mais-de-70-da-violencia-sexual-contra-criancas-ocorre-dentro-de>>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- AGUIAR, E. V.; FERREIRA, C. A. Violência sexual contra crianças e adolescentes e suas consequências psicológicas, cognitivas e emocionais: revisão integrativa de literatura. **Revista Psicologia e Saúde e Debate**, v. 6, n. 2, p. 80-96, 2020.
- ATMACA, S.; GENÇÖZ, T. Exploring revictimization process among Turkish women: the role of early maladaptive schemas on the link between child abuse and partner violence. **Child Abuse & Neglect**, v. 52, p. 85-93, 2016.
- AUSTIN, A. et al. Disability and exposure to high levels of adverse childhood experiences: effect on health and risk behavior. **North Carolina Medical Journal**, v. 77, n. 1, p. 30-36, 2016.
- AYRES, J. R. et al. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. In: CAMPOS, G. W. et al. (Org.). **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec/Fiocruz, 2006. p. 375-417.
- BALDWIN, J. R. et al. Adolescent victimization and self-injurious thoughts and behaviors: a genetically sensitive cohort study. **Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry**, v. 58, n. 5, p. 506-513, 2019.
- BANIHASHEMI, L. et al. Childhood maltreatment moderates the effect of combat exposure on cingulum structural integrity. **Development and Psychopathology**, v. 29, n. 5, p. 1735-1747, 2017.
- BARNERT, E. et al. Commercial sexual exploitation and sex trafficking of children and adolescents: a narrative review. **Academic Pediatrics**, v. 17, n. 8, p. 825-829, 2017.
- BARNES, M. C. et al. Understanding vulnerability to self-harm in times of economic hardship and austerity: a qualitative study. **BMJ Open**, v. 6, n. 2, p. 1-8, 2016.
- BJØRNSETH, I.; SZABO, A. Sexual violence against children in sports and exercise: a systematic literature review. **Journal of Child Sexual Abuse**, v. 27, n. 4, p. 365-385, 2018.
- BOROUGHES, M. S. et al. Posttraumatic stress symptoms and emerging adult sexual minority men: Implications for assessment and treatment of childhood sexual abuse. **Journal of Traumatic Stress**, v. 31, n. 5, p. 665-675, 2018.
- BORTOLON, C.; SEILLÉ, J.; RAFFARD, S. Exploration of trauma, dissociation, maladaptive schemas and auditory hallucinations in a French sample. **Cognitive neuropsychiatry**, v. 22, n. 6, p. 468-485, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS** (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde). Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinanet/cnv/violebr.def>>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- BRATTABØ, I. V.; BJØRKNES, R.; ÅSTRØM, A. N. Reasons for reported suspicion of child maltreatment and responses from the child welfare - a cross-sectional study of Norwegian public dental health personnel. **BMC Oral Health**, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2018.
- BUENO, S.; PEREIRA, C.; NEME, C. A invisibilidade da violência sexual no Brasil. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 13, 2019. Disponível em: <https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

- BUSSO, D. S. et al. Child Abuse, neural structure, and adolescent psychopathology: a longitudinal study. **Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry**, v. 56, n. 4, p. 321-328, 2017.
- CERNA-TUROFF, I. et al. Factors associated with violence against children in low-and middle-income countries: a systematic review and meta-regression of nationally representative data. **Trauma, Violence & Abuse**, v. 22, n. 2, p. 219-232, 2021.
- CERÓN-HERNÁNDEZ, G.; ROA-TORRES, S.; SALCEDO-CIFUENTES, M. Caracterización de los casos de abuso sexual valorados en los servicios de urgencias y consulta externa de una institución hospitalaria de primer nivel en el Departamento del Cauca, 2007-2015. **Universidad y Salud**, v. 19, n. 2, p. 226-236, 2017.
- CHRISTOFFERSEN, M. N. Sexual crime against schoolchildren with disabilities: a nationwide prospective birth cohort study. **Journal of Interpersonal Violence**, p. 1-29, 2020.
- ČURČIĆ-HADŽAGIĆ, N. Psychological consequences in abused and neglected school children exposed to family violence. **Psychiatria Danubina**, v. 32, n. 3, p. 367-370, 2020.
- CURRY, T. J.; UTLEY, E. A. She touched me: five snapshots of adult sexual violations of black boys. **Kennedy Institute of Ethics Journal**, v. 28, n. 2, p. 205-241, 2018.
- DALEY, D. et al. Risk terrain modeling predicts child maltreatment. **Child Abuse & Neglect**, v. 62, p. 29-38, 2016.
- DE SOUZA, M.; SILVA, M.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.
- DRATCH, C. B.; SIMÃO-SILVA, D. P.; ROSANELI, C. F. Considerações éticas acerca da proteção da infância frente à prevalência de excesso de peso. **Revista Brasileira de Bioética**, v. 14, n. 3, p. 1-15, 2018.
- DUARTE, D. et al. Childhood-maltreatment subtypes in bipolar patients with suicidal behavior: systematic review and meta-analysis. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 42, p. 558-567, 2020.
- EDALATI, H.; KRAUSZ, M.; SCHÜTZ, C. G. Childhood maltreatment and revictimization in a homeless population. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 31, n. 14, p. 2492-2512, 2016.
- EISENBRUCH, M. "His body is human, but he has a tiracchāna heart": an ethnographic study of the epigenesis of child abuse in Cambodia. **Child Abuse & Neglect**, v. 88, p. 129-143, 2019.
- ENDLER, M. et al. Sexual and reproductive health and rights of refugee and migrant women: gynecologists' and obstetricians' responsibilities. **International Journal of Gynecology & Obstetrics**, v. 149, n. 1, p. 113-119, 2020.
- ENYEDY, A.; TSIKOURAS, P.; CSORBA, R. Medical and legal aspects of child sexual abuse: a population-based study in a Hungarian County. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 15, n. 4, p. 1-9, 2018.
- ERNBERG, E.; TIDEFORS, I.; LANDSTRÖM, S. Prosecutors' reflections on sexually abused preschoolers and their ability to stand trial. **Child Abuse & Neglect**, v. 57, p. 21-29, 2016.
- ERNST, M. et al. Sex-dependent associations of childhood neglect and bodyweight across the life span. **Scientific Reports**, v. 9, n. 1, p. 1-10, 2019.
- FAUS, D. P. et al. Childhood abuse and community violence: risk factors for youth violence. **Child Abuse & Neglect**, v. 98, p. 1-10, 2019.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**, 2019. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf

- FERRAZ, M. M. P.; VELOSO, M. M. X.; CABRAL, I. R. Violência sexual contra crianças e adolescentes: análise das notificações a partir do debate sobre gênero. **Desidades**, n. 29, p. 134-150, 2021.
- FITE, P. J. et al. Tobacco and cannabis use in college students are predicted by sex-dimorphic interactions between MAOA genotype and child abuse. **CNS Neuroscience & Therapeutics**, v. 25, n. 1, p. 101-11, 2019.
- GAUSMAN, J. et al. A social-ecological examination into the research, policy and health service delivery environment related to early marriage and sexual and gender-based violence among youth in Jordan. **BMC International Health and Human Rights**, v. 20, n. 1, p. 1-19, 2020.
- GERWIRTZ-MEYDAN, A. et al. The complex experience of child pornography survivors. **Child Abuse & Neglect**, v. 80, p. 238-248, 2018.
- GHOSH, R. et al. Impact of COVID-19 on children: special focus on the psychosocial aspect. **Minerva Pediatrica**, v. 72, n. 3, p. 226-235, 2020.
- GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciências e Saúde Coletiva**, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005.
- GUEDES, A. C. et al. Cerrar la brecha: revisión mundial acerca de las intersecciones entre la violencia contra la mujer y la violencia contra los niños y las niñas. **Rev. Panam. Salud Publica**, v. 41, p. 1-15, 2017.
- HASSAN, G. et al. Mental health and psychosocial wellbeing of Syrians affected by armed conflict. **Epidemiology and Psychiatric Sciences**, v. 25, n. 2, p. 129-141, 2016.
- HEANY, S. J. et al. The neural correlates of Childhood Trauma Questionnaire scores in adults: a meta-analysis and review of functional magnetic resonance imaging studies. **Development and Psychopathology**, v. 30, n. 4, p. 1475-1485, 2018.
- HÉBERT, M. et al. Alexithymia as a mediator of the relationship between child sexual abuse and psychological distress in adolescence: a short-term longitudinal study. **Psychiatry Research**, v. 260, p. 468-472, 2018.
- _____; LANGEVIN, R.; OUSSAÏD, E. Cumulative childhood trauma, emotion regulation, dissociation, and behavior problems in school-aged sexual abuse victims. **Journal of Affective Disorders**, v. 225, p. 306-312, 2018.
- HOSTINAR, C. E. et al. Frontal brain asymmetry, childhood maltreatment, and low-grade inflammation at midlife. **Psychoneuroendocrinology**, v. 75, p. 152-163, 2017.
- HOUNMENO, C. Exploring child prostitution in a major city in the West African region. **Child Abuse & Neglect**, v. 59, p. 26-35, 2016.
- JINA, R. et al. Unspoken victims: a national study of male rape incidents and police investigations in South Africa. **South African Medical Journal**, v. 110, n. 9, p. 926-931, 2020.
- JUNGES, J. R.; BARBIANI, R.; ZOBOLI, E. L.C. P. Vulneração programática como categoria explicativa dos problemas éticos na atenção primária à saúde. **Trab. Educ. Saúde**, v. 16, n. 3, 2018.
- KRAAN, T. C. et al. Child maltreatment and clinical outcome in individuals at ultra-high risk for psychosis in the EU-GEI high risk study. **Schizophrenia Bulletin**, v. 44, n. 3, p. 584-92, 2018.
- KHOSRAVI, M. Child maltreatment-related dissociation and its core mediation schemas in patients with borderline personality disorder. **BMC Psychiatry**, v. 20, n. 1, p. 1-9, 2020.
- KIM, S. T. et al. Multidimensional impulsivity as a mediator of early life stress and alcohol dependence. **Scientific Reports**, v. 8, n. 1, p. 1-9, 2018.

- KOTTOW, M. Vulnerability: what kind of principle is it? **Medicine Health Care Philosophy**, v. 7, n. 3, p. 281-287, 2004.
- LEONCIO, É. T.; SOUZA, S. R. P. D.; MACHADO, J. L. M. Degradação do vínculo parental e violência contra a criança: o uso do genograma familiar na prática clínica pediátrica. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 35, p. 185-90, 2017.
- LEOSCHUT, L.; KAFAAR, Z. The frequency and predictors of poly-victimisation of South African children and the role of schools in its prevention. **Psychology, Health & Medicine**, v. 22, n. 1, p. 81-93, 2017.
- LUCCHESI, R. et al. Histórico de violência contra a mulher que vivencia o abuso de álcool e drogas. **Rev. Enferm. UFPE OnLine**, p. 3623-3631, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/234505/27717>>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- LUTZ, P. E. et al. Association of a history of child abuse with impaired myelination in the anterior cingulate cortex: convergent epigenetic, transcriptional, and morphological evidence. **American Journal of Psychiatry**, v. 174, n. 12, p. 1185-1194, 2017.
- MACKIEWICZ SEGHEDE, K. L.; DEPRINCE, A. P.; BANICH, M. T. Association Between Initial Age of Exposure to Childhood Abuse and Cognitive Control: Preliminary Evidence. **Journal of Traumatic Stress**, v. 31, n. 3, p. 437-447, 2018.
- MANDAVIA, A. et al. Exposure to childhood abuse and later substance use: indirect effects of emotion dysregulation and exposure to trauma. **Journal of Traumatic Stress**, v. 29, n. 5, p. 422-439, 2016.
- MARTÍN-BLANCO, A. et al. The role of hypothalamus-pituitary-adrenal genes and childhood trauma in borderline personality disorder. **European Archives of Psychiatry and Clinical Neuroscience**, v. 266, n. 4, p. 307-316, 2016.
- MARTÍNEZ-MOTA, L. et al. Influence of the type of childhood violence on cannabis abuse and dependence among adolescents: a systematic review and meta-analysis. **Adicciones**, v. 32, n. 1, p. 63-76, 2020.
- MASON-JONES, A. J.; NICHOLSON, P. Structural violence and marginalization. The sexual and reproductive health experiences of separated young people on the move. A rapid review with relevance to the European humanitarian crisis. **Public Health**, v. 158, p. 156-162, 2018.
- MATHEWS, B. et al. Educating early childhood care and education providers to improve knowledge and attitudes about reporting child maltreatment: a randomized controlled trial. **PloS One**, v. 12, n. 5, p. 1-19, 2017.
- McALPINE, A.; HOSSAIN, M.; ZIMMERMAN, C. Sex trafficking and sexual exploitation in settings affected by armed conflicts in Africa, Asia and the Middle East: systematic review. **BMC International Health and Human Rights**, v. 16, n. 1, p. 1-16, 2016.
- MCCRORY, E. J.; GERIN, M. I.; VIDING, E. Annual Research Review: childhood maltreatment, latent vulnerability and the shift to preventative psychiatry – the contribution of functional brain imaging. **Journal of Child Psychology and Psychiatry, and Allied Disciplines**, v. 58, n. 4, p. 338-357, 2017.
- McGEOUGH, B. L.; STERZING, P. R. A Systematic Review of Family Victimization Experiences Among Sexual Minority Youth. **The Journal of Primary Prevention**, v. 39, n. 5, p. 491-528, 2018.
- McLAUGHLIN, K. A. et al. Childhood adversities and post-traumatic stress disorder: evidence for stress sensitisation in the World Mental Health Surveys. **The British Journal of Psychiatry**, v. 211, n. 5, p. 280-288, 2017.

- MENDES, P.; PINSKIER, M.; McCURDY, S. How do Jewish communities respond to manifestations of institutional child sexual abuse? A case study of Malka Leifer and Adass Israel in Melbourne, Australia. **Journal of Child Sexual Abuse**, v. 28, n. 8, p. 927-944, 2019.
- MITCHELL, K. et al. Rethinking research on sexual exploitation of boys: Methodological challenges and recommendations to optimize future knowledge generation. **Child Abuse & Neglect**, v. 66, p. 142-151, 2017.
- MOREIRA, R. B. O enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. In: VERONESE, J. R. P. (Org.). **Direito da criança e do adolescente: novos cursos, novos temas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. p. 607-635.
- MOREIRA, K. F. et al. Perfil das crianças e adolescentes vítimas de violência. **Revista de Enfermagem UFPE On Line**, v. 11, n. 11, p. 4410-4417, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/15016/24709>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- MOYNIHAN, M. et al. A systematic review of the state of the literature on sexually exploited boys internationally. **Child Abuse & Neglect**, v. 76, p. 440-451, 2018.
- NEGRIF, S.; VALENTE, T. W. Structural characteristics of the online social networks of maltreated youth and offline sexual risk behavior. **Child Abuse & Neglect**, v. 85, p. 209-219, 2018.
- OGUNJIMI, A. I. et al. Experience-based perception of vulnerability factors to child sexual abuse by health care professionals in Nigeria: a qualitative approach. **Journal of Interpersonal Violence**, p.1-26, 2020.
- OHLSSON, G. V. et al. Childhood neurodevelopmental disorders and risk of coercive sexual victimization in childhood and adolescence – a population-based prospective twin study. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, v. 59, n. 9, p. 957-965, 2018.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**, 2002. Ed. KRUG, E. G. et al. Organização Mundial de Saúde. Disponível em: https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/. Acesso em: 15 jul. 2021.
- OTTISOVA, L. et al. Psychological consequences of child trafficking: An historical cohort study of trafficked children in contact with secondary mental health services. **PloS One**, v. 13, n. 3, p. 1-14, 2018.
- ÖZDIN, S. et al. Early maladaptive schemas in patients with bipolar and unipolar disorder. **International Journal of Psychiatry in Clinical Practice**, v. 22, n. 2, p. 151-156, 2018.
- PETERMAN, A. et al. Understanding the linkages between social safety nets and childhood violence: a review of the evidence from low- and middle-income countries. **Health Policy and Planning**, v. 32, n. 7, p. 1049-1071, 2017.
- PFEIFFER, L. **Método de classificação da gravidade da violência contra crianças e adolescentes**. 2011. Tese (Doutorado em Saúde da Criança e do Adolescente) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- PITTENGER, S. L.; POGUE, J. K.; HANSEN, D. J. Predicting sexual revictimization in childhood and adolescence: a longitudinal examination using ecological systems theory. **Child Maltreatment**, v. 23, n. 2, p. 137-146, 2018.
- RATES, S. M. M. et al. Violência infantil: uma análise das notificações compulsórias, Brasil 2011. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 20, p. 655-665, 2014.
- REID, J. A. Sex trafficking of girls with intellectual disabilities: an exploratory mixed methods study. **Sexual Abuse**, v. 30, n. 2, p. 107-131, 2018.

- REES, S. et al. Believe #metoo: sexual violence and interpersonal disclosure experiences among women attending a sexual assault service in Australia: a mixed-methods study. **BMJ Open**, v. 9, n. 7, p. 1-10, 2019.
- SANCHES, L. C. et al. Violência sexual infantil no Brasil: uma questão de saúde pública. **Revista Iberoamericana de Bioética**, v. 9, p. 1-13, 2019.
- SARMIENTO, P. Bioética e infancia: compromiso ético con el futuro. **Pers. Bioét**, v. 4, n. 1, p. 10-29, 2010.
- SCHALINSKI, I. et al. Type and timing of adverse childhood experiences differentially affect severity of PTSD, dissociative and depressive symptoms in adult inpatients. **BMC Psychiatry**, v. 16, n. 1, p. 1-15, 2016.
- SHIELDS, A. E. et al. Childhood abuse, promoter methylation of leukocyte NR3C1 and the potential modifying effect of emotional support. **Epigenomics**, v. 8, n. 11, p. 1507-1517, 2016.
- SIGURDARDOTTIR, S.; HALLDORSDDOTTIR, S. Screaming body and silent healthcare providers: a case study with a childhood sexual abuse survivor. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 5, n. 1, p. 1-17, 2018.
- SILVA, A. J. C. D.; TRINDADE, R. F. C. D.; OLIVEIRA, L. L. F. D. Presumption of sexual abuse in children and adolescents: vulnerability of pregnancy before 14 years. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, p. 1-7, 2020.
- TEICHER, M. H.; SAMSON, J. A. Annual research review: enduring neurobiological effects of childhood abuse and neglect. **Journal of Child Psychology and Psychiatry, and Allied Disciplines**, v. 57, n. 3, p. 241-266, 2016.
- TEN HAVE, M. et al. Childhood maltreatment, vulnerability characteristics and adult incident common mental disorders: 3-year longitudinal data among > 10,000 adults in the general population. **Journal of Psychiatric Research**, v. 113, p. 199-207, 2019.
- TENDOLKAR, I. et al. Physical neglect during childhood alters white matter connectivity in healthy young males. **Human Brain Mapping**, v. 39, n. 3, p. 1283-1290, 2018.
- TOLLENAAR, M. S. et al. The association of childhood maltreatment with depression and anxiety is not moderated by the oxytocin receptor gene. **European archives of psychiatry and clinical neuroscience**, v. 267, n. 6, p. 517-526, 2017.
- TOLU, L. B.; GUDU, W. Sexual assault cases at a tertiary referral hospital in urban Ethiopia: one-year retrospective review. **PloS One**, v. 15, n. 12, p. 1-12, 2020.
- VERONESE, J. R. P. **Entre violentados e violentadores**. São Paulo: Cidade Nova, 1998.
- XUE, J. et al. The hidden pandemic of family violence during COVID-19: unsupervised learning of tweets. **Journal of Medical Internet Research**, v. 22, n. 11, 2020.
- ZIJLSTRA, E. et al. Vulnerability and revictimization: victim characteristics in a Dutch assault center. **Journal of Forensic and Legal Medicine**, v. 52, p. 199-207, 2017.
- WARNER, E. T. et al. Physical and sexual abuse in childhood and adolescence and leukocyte telomere length: a pooled analysis of the study on psychosocial stress, spirituality, and health. **PloS One**, v. 15, n. 10, p. 1-24, 2020.
- WEISSMAN, D. G. et al. Reduced hippocampal and amygdala volume as a mechanism underlying stress sensitization to depression following childhood trauma. **Depression and Anxiety**, v. 37, n. 9, p. 916-925, 2020.

RESUMO Este estudo foi realizado com o objetivo de identificar os fatores de vulnerabilidades em que as crianças são violadas em sua infância por conta das violências sexuais. Trata-se de uma revisão integrativa, utilizando os seguintes descritores: violência sexual, criança, infantil, infância, vulnerabilidade, nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola. Os dados obtidos permitiram a categorização e análise das vulnerabilidades individuais e sociais abordadas nos 80 textos científicos analisados. A violência sexual infantil acarreta consequências negativas para o desenvolvimento neurológico, emocional, físico e social das vítimas, sendo responsabilidade de todos o enfrentamento efetivo a essa violação. Vê-se necessário o mapeamento das vulnerabilidades relacionadas à violência sexual infantil, a fim de promover o planejamento e a implementação de programas e políticas públicas eficazes de defesa, proteção e de promoção dos direitos da criança.

Palavras-chave: vulnerabilidade, infância, direitos humanos, violência sexual, abuso sexual.

Infancia violada y vulnerabilidades en la violencia sexual infantil: una revisión integradora

RESUMEN Este estudio se realizó con el objetivo de identificar los factores de vulnerabilidad en los que los niños son violados en su niñez debido a la violencia sexual. Se trata de una revisión integradora, utilizando los siguientes descriptores: violencia sexual, niñez, infantil, infancia, vulnerabilidad, en portugués, inglés y español. Los datos obtenidos permitieron la categorización y análisis de las vulnerabilidades individuales y sociales abordadas en los 80 textos científicos analizadas. La violencia sexual infantil tiene consecuencias negativas para el desarrollo neurológico, emocional, físico y social de las víctimas, y es responsabilidad de todos enfrentar eficazmente esta violación. Es necesario mapear las vulnerabilidades relacionadas con la violencia sexual infantil, a fin de promover la planificación e implementación de programas y políticas públicas efectivas para la defensa, protección y promoción de los derechos de la niñez.

Palabras clave: vulnerabilidad, infancia, derechos humanos, violencia sexual, abuso sexual.

Raped childhoods and vulnerabilities in child sexual violence: an integrative review

ABSTRACT This study was conducted with the objective of identifying the vulnerability factors in which children are violated in their childhood due to sexual violence. This is an integrative review, using the following descriptors: sexual violence, child, childhood, vulnerability, in Portuguese, English and Spanish. The data obtained allowed the categorization and analysis of individual and social vulnerabilities addressed in the 80 scientific texts analyzed. Child sexual violence has negative consequences for the neurological, emotional, physical, and social development of victims, and everyone is responsible for effectively confront this violation. It is necessary to map the vulnerabilities related to child sexual violence, in order to promote the planning and implementation of effective public programs and policies for the defense, protection and promotion of children's rights.

Keywords: vulnerability, childhood, human rights, sexual violence, sexual abuse.

DATA DE RECEBIMENTO: 17/11/21

DATA DE APROVAÇÃO: 13/10/22



Renata Cristina Alves da Rocha

Psicóloga pela Universidade Estadual de Londrina. Mestre em Bioética pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Especializanda em Neuropsicologia pela FAE. Bolsista CAPES.

E-mail: renatacrisrocha0610@gmail.com



Caroline Filla Rosaneli

Docente do Programa de Pós-graduação em Bioética da PUCPR. Mestre pela Unicamp, doutora pela PUCPR, com Pós-doutorado em Bioética. Docente colaboradora do PPGEEN da Universidade Federal de Rondônia.

E-mail: caroline.rosaneli@gmail.com



Eliane Freire Rodrigues de Souza De Carli

Coordenadora do Núcleo Lux Mundi na Conferência dos Religiosos do Brasil e CNBB. Médica e Advogada. Mestre em Desenvolvimento Comunitário e Docente colaboradora da UNICENTRO – Guarapuava Paraná.

E-mail: elianefdecarli@gmail.com



Mário Antonio Sanches

Docente titular e coordenador do Programa de Pós-graduação em Bioética da PUCPR. Mestre em antropologia, doutor em teologia, com Pós-doutorado em Bioética.

E-mail: m.sanches@pucpr.br